



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Exortar à revisão da política do ensino não superior e à definição de metas claras para o seu desenvolvimento**

Em Macau, a taxa de natalidade está a descer todos os anos. Em 2023, o número de recém-nascidos foi de apenas 3712, uma redução de 1314, ou seja, 26%, face ao número registado em 2021, que foi 5026; entretanto, o registo central para acesso escolar dos alunos do ensino infantil pela primeira vez, do ano lectivo 2024/2025, já está basicamente concluído, e mais de metade das escolas ainda tem vagas (de entre estas, 36 continuam a admitir inscrições e 10 estão a proceder à admissão de alunos suplentes). Segundo algumas escolas, devido à abertura de novas escolas e à admissão de mais alunos por parte de algumas escolas, a situação de admissão em muitas escolas é pior do que previsto, e o número de alunos matriculados nas escolas de pequena dimensão é de apenas um dígito ou de aproximadamente dois dígitos. Perante a queda contínua da taxa de natalidade, estas escolas estão a enfrentar uma crise premente de encerramento.

Na reunião plenária da Assembleia Legislativa, que teve lugar em 16 de Abril, face às questões de um deputado sobre o ajustamento dos modelos pedagógicos, o aperfeiçoamento do regime de turmas pequenas e o aumento de recursos educativos, o Chefe do Executivo, em vez de responder, questionou o seguinte: “será que a insuficiência de alunos em algumas escolas se deve à qualidade dos professores?”



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Até exortou os directores das escolas em causa a rever se tinham feito bem a formação de professores e, entretanto, apontou que a redução do número de turmas ia levar a um aumento das despesas do Governo, uma vez que, sob a escolaridade gratuita de 15 anos e fazendo um cálculo com base num número (médio) de 33 alunos por turma nas escolas aderentes à escolaridade gratuita, os recursos educativos para cada aluno atingiam 600 mil a 700 mil e, se se fizesse o cálculo para turmas de 15 ou 20 alunos, esses valores iam atingir 1 milhão ou até duplicar; e acabou por deixar no ar a seguinte questão: “será que o erário público vai conseguir continuar a suportar tais custos?” Isto mostra que o Governo não enfrenta de forma directa o problema nem pondera lançar qualquer medida ou política de melhoria. Tal como tem salientado o País, não podemos poupar recursos na educação mesmo que sejamos muito pobres, e tendo em conta o valor da reserva financeira de Macau registado em 2023, que foi de 580,47 mil milhões, por que razão é que não se pode injectar mais recursos educativos para as novas gerações? E, antes pelo contrário, foi proferido aquele discurso no hemiciclo, deixando o moral do sector educativo bastante abalado?

Já aponteí várias vezes o seguinte: de acordo com o Regime do Subsídio de Escolaridade Gratuita, o número de alunos por turma do ensino não superior varia entre 25 e 35, e no passado, o Governo, através do financiamento para optimização do rácio professor/aluno, incentivou as escolas a admitir 25 alunos por turma, para obterem o apoio financeiro máximo; no entanto, em 2021, os Serviços de Educação enviaram um ofício a todas as escolas aderentes à escolaridade gratuita, informando-as de que, no ano lectivo de 2021/2022, o número máximo de alunos admitidos por turmas do 1.º ano da creche, do ensino primário, do ensino secundário geral e do



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

ensino secundário complementar, devia “aproximar-se” de 35, ou seja, passou de 25 para 35, voltando-se assim às turmas grandes. Esta mudança de 180 graus na política de educação sem qualquer aviso prévio agravou a situação desequilibrada de admissão de alunos, dificultou ainda mais a admissão de alunos por parte das escolas vulneráveis, reduziu os recursos educativos que cada aluno efectivamente recebe, aumentou o número de alunos de que os professores têm de tomar conta e, em termos de condições objectivas, também pôs em causa a qualidade do ensino. Mais, devido à insuficiência de alunos e de recursos, muitas escolas vulneráveis viram-se obrigadas a “cortar” recursos humanos, levando assim ao desemprego de centenas de professores locais e à perda das vantagens decorrentes da diversificação do ensino local.

Na realidade, a educação moderna foca-se no desenvolvimento diversificado e tem elevadas exigências e grande procura no respeitante a equipamentos e ambiente pedagógicos, e a admissão de alunos por parte das escolas vulneráveis pode ser posta em causa devido à insuficiência de recursos e instalações, portanto, o Governo deve lançar medidas de apoio específicas destinadas às mesmas, por forma a equilibrar os recursos educativos, criando espaços de sobrevivência para as escolas de pequena dimensão. Tendo em conta a ideia de “ensinar de acordo com as capacidades dos alunos” e o facto de não existirem escolas melhores, mas sim, escolas mais adequadas aos alunos, o Governo deve proporcionar aos alunos locais um ambiente de aprendizagem mais adequado e recursos educativos mais equitativos, pois só assim é que será possível elevar verdadeiramente a qualidade do ensino em geral e formar quadros qualificados.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. À medida que a taxa de natalidade vai descendo todos os anos, é possível prever que a situação de admissão de alunos nas escolas do ensino não superior seja mais grave. Este ano, muitas escolas de pequena dimensão não conseguem admitir alunos em número suficiente, até registam números de um dígito de alunos matriculados, portanto, algumas delas estão preocupadas com a possibilidade de terem de encerrar. Então, o Governo já tem algum plano geral e metas claras para o desenvolvimento da educação? O Governo vai dialogar com todas as escolas do ensino não superior, nomeadamente com as de pequena dimensão, para ficar a saber das dificuldades com que as mesmas se deparam? Vai definir um plano de desenvolvimento adequado para cada escola, atendendo à sua situação real?

2. Em 2021, sem comunicação nem recolha de opiniões, os Serviços de Educação exigiram às escolas aderentes à escolaridade gratuita que o número de alunos a admitir para o 1.º ano passasse de 25 para 35. Obviamente, isto contraria o objectivo do ensino em pequenas turmas, de aumentar os recursos educativos *per capita*, e a realidade local, em que a taxa de natalidade está a descer e os recursos docentes estão saturados. O Governo vai ajustar o número de alunos por turma, de acordo com a situação real de Macau? De que medidas em concreto dispõe para aumentar os recursos educativos *per capita*, assegurando assim a qualidade da educação? Segundo afirmações recentes do Governo, se os alunos admitidos pelas escolas não atingirem 25 por turma e se, por causa disto, os subsídios recebidos não conseguirem suportar as necessidades das escolas, o Fundo Educativo disponibilizar-lhes-á apoio financeiro adicional. Quais são os pormenores desta medida e os



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

requisitos de requerimento?

3. A educação diversificada contribui para aumentar o nível geral da educação, e as escolas de pequena dimensão também devem ter o seu próprio espaço de sobrevivência, pois só assim é que será possível proporcionar oportunidades equitativas de ensino aos alunos com diferentes necessidades. A fim de ajudar de forma específica as escolas vulneráveis a elevar o nível educativo, como é que o Governo vai implementar a ideia de “uma política para cada escola”? Em relação às escolas que carecem de recursos e instalações, que medidas e políticas de apoio específicas dispõe o Governo para manter a competitividade das mesmas e garantir a estabilidade quer do pessoal docente quer da oferta educativa?

17 de Maio de 2024

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM**

**Lam U Tou**